

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de junho
de 2019**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	13

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Em atendimento a legislação vigente, incluindo os Pronunciamentos Contábeis Brasileiros (CPCs) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep), apresentamos as Demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2019 e o relatório dos auditores independentes da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (“Companhia”).

A Companhia, com atuação no Sistema Unimed, sistema cooperativista, oferece seguros de responsabilidades e seguros compreensivos (residencial e empresarial).

O Mercado Segurador

O mercado de seguros de ramos elementares nos cinco primeiros meses de 2019, comparativo ao mesmo período de 2018 apresentou alta de 2,0% em prêmios de seguros. Nos segmentos de compreensivo residencial o crescimento foi de 8,4%, no compreensivo empresarial cresceu 13,4%, no de responsabilidade civil de administradores e diretores cresceu de 29,8%, no de responsabilidade civil profissional cresceu 1,7% e no de responsabilidade civil geral cresceu 32,0%.

No mesmo período a sinistralidade atingiu o montante de 59,0% para os seguros de ramos elementares, aumento em relação ao mesmo período de 2018 que gerou 54,9%. No segmento de responsabilidades houve aumento expressivo na sinistralidade em comparação ao mesmo período do ano anterior, fechando em 203,2% (41,9% no mesmo período de 2018). O aumento ocorreu no ramos de responsabilidade civil geral com 343,2% de sinistralidade no período de 2019. No segmento de seguros compreensivos, o residencial e empresarial atingiram uma sinistralidade no período analisado de 2019 de 43,6% (36,3% no mesmo período de 2018). As despesas de comercialização em responsabilidades sofreram um pequeno aumento no período analisado de 2019 com 16,6% sobre os prêmios ganhos (16,5% no mesmo período de 2018) e o compreensivo residencial e empresarial fecharam o período analisado de 2019 com 30,9% (31,9% no mesmo período de 2018).

Cenário Econômico

O primeiro semestre de 2019 encerrou com cenários político e econômico abaixo do esperado. As estimativas do PIB tem sido revistas mensalmente pelo Banco Central do Brasil (Bacen), projetando crescimento para este ano de 0,82%. A revisão da taxa de juros com queda 0,5 pontos percentuais, atingiu a taxa de 6,00% e é a menor dos últimos 20 anos.

O IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo aponta uma inflação média anual de 3,8%, abaixo do teto da meta estipulada pelo governo.

O desemprego medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) atingiu no fechamento do semestre de 2019, 12,0% da população economicamente ativa, uma redução de 0,4 pontos percentuais ao fechamento do ano 2018 . Essa queda no desemprego é a mais expressiva em 5 anos.

O cenário político continua com grandes instabilidades, afetando os mercados em geral. A reforma da previdência ainda passa por pequenas revisões, aguardando a aprovação do senado. Outro tema que tem gerado bastante repercussão é a reforma tributária, que continua em discussão na câmara dos deputados.

Desempenho Econômico-Financeiro

No primeiro semestre a Companhia atingiu o montante de prêmios emitidos da ordem de R\$ 21,1 milhões (R\$ 15,9 milhões no mesmo período de 2018), crescimento de 32,3% em relação ao mesmo período de 2018, com sinistralidade de 9,7% (83,5% no mesmo período de 2018). A alta sinistralidade no período de 2018 se deve ao sinistro de grande monta, avisado em maio, com recuperação do ressegurador de 99,9%. O índice de comercialização foi de 25,8% (24,5% no mesmo período de 2018).

No primeiro semestre de 2019, as despesas administrativas atingiram R\$ 6,1 milhões (R\$ 5,5 milhões no mesmo período de 2018) e o resultado financeiro monta R\$ 3,6 milhões (R\$ 2,7 milhões no mesmo período de 2018). A Companhia vem mantendo bons resultados, aliada a sua estratégia comercial e de produtos, fechando o primeiro semestre com o lucro de R\$ 0,7 milhões (R\$ 0,7 milhões no mesmo período de 2018).

Capital Social

O patrimônio líquido da Companhia alcançou R\$ 84,5 milhões no primeiro semestre de 2019, representado por 101.457.737 ações.

Política de dividendos

Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os nossos acionistas, colaboradores, clientes e parceiros pela confiança, apoio e dedicação em especial a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 20 de agosto de 2019.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Diretores da
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	Notas	2019	2018		Notas	2019	2018
Ativo Circulante		99.866	102.583	Passivo Circulante		48.587	50.196
Disponível		92	142	Contas a pagar		2.290	2.270
Caixa e Bancos		92	142	Obrigações a pagar	11	190	255
Aplicações	5	70.686	68.383	Impostos e encargos sociais a recolher	12	1.175	1.162
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	15.228	14.326	Encargos trabalhistas		666	484
Prêmios a receber	6	15.071	14.036	Impostos e contribuições	13	93	221
Operações com resseguradoras	6	157	290	Outras contas a pagar		166	148
Ativos de resseguro	7	8.596	14.090	Débitos de operações com seguros e resseguros		6.163	6.538
Títulos e créditos a receber		238	307	Prêmios a restituir		84	23
Títulos e créditos a receber		21	20	Operações com resseguradoras	14a	2.888	3.116
Créditos tributários e previdenciários	8	88	260	Corretores de seguros e resseguros	14b	3.188	2.993
Outros créditos		129	27	Outros débitos operacionais		3	406
Outros valores e bens		15	25	Depósitos de terceiros	15	77	101
Outros valores		15	25	Provisões técnicas – seguros	16	40.057	41.287
Despesas antecipadas		2	46	Danos		40.057	41.287
Custos de aquisição diferidos		5.009	5.264	Passivo não circulante		1.995	1.614
Seguros	9	5.009	5.264	Provisões técnicas – seguros	16	1.538	1.116
Ativo não circulante		35.187	32.972	Danos		1.538	1.116
Realizável a Longo prazo		34.115	31.463	Outros débitos		457	498
Aplicações	5	32.486	29.972	Provisões judiciais	17	457	498
Ativos de resseguro	7	304	220	Patrimônio líquido		84.471	83.745
Títulos e créditos a receber		1.325	1.271	Capital social	18a	88.000	88.000
Créditos tributários e previdenciários	8	894	948	Ajuste de Avaliação Patrimonial		83	69
Depósitos judiciais e fiscais	17	431	323	Prejuízos acumulados		(3.612)	(4.324)
Imobilizado	10a	14	13	Total do passivo e patrimônio líquido		135.053	135.555
Bens móveis		14	13				
Intangível	10b	1.058	1.496				
Outros intangíveis		1.058	1.496				
Total do Ativo		135.053	135.555				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
Demonstrações de resultados
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	30/06/2019	30/06/2018
(+) Prêmios emitidos		21.062	15.918
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		<u>(1.205)</u>	<u>(627)</u>
(=) Prêmios ganhos	20a	19.857	15.291
(-) Sinistros ocorridos	20b	(1.930)	(12.761)
(-) Custos de aquisição	20c	(5.122)	(3.753)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	20d	(216)	(74)
(+) Resultado com operações de resseguro	20e	<u>(7.280)</u>	<u>5.554</u>
(+) Receita com resseguro		(2.676)	8.847
(-) Despesa com resseguro		(4.604)	(3.293)
(-) Despesas administrativas	20f	(6.128)	(5.449)
(-) Despesas com tributos	20g	(1.597)	(339)
(=) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(2.416)	(1.531)
(+) Resultado financeiro	20h	3.556	2.748
(=) Resultado operacional		<u>1.140</u>	<u>1.217</u>
(=) Resultado antes dos impostos e participações		1.140	1.217
(-) Imposto de renda	21	(107)	(216)
(-) Contribuição social	21	(75)	(176)
(-) Participações sobre o lucro		<u>(246)</u>	<u>(77)</u>
(=) Lucro líquido do semestre		<u><u>712</u></u>	<u><u>748</u></u>
Resultado atribuído aos:		712	748
Acionistas controladores		712	748
Quantidade de ações		101.457.737	101.457.737
Lucro líquido por lote de mil ações		7,02	7,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
Demonstração de resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	30/06/2019	30/06/2018
Lucro líquido do semestre	<u>712</u>	<u>748</u>
Variação do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(25)	(87)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	<u>11</u>	<u>39</u>
Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos	<u><u>698</u></u>	<u><u>700</u></u>
Resultado atribuído aos:		
Acionistas controladores	698	700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	38.000	150	(5.984)	32.166
Aumento de Capital Social - Portaria SUSEP nº 858 de 03 de maio de 2018	50.000	-	-	50.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	(48)	-	(48)
Lucro líquido do semestre	-	-	748	748
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>88.000</u>	<u>102</u>	<u>(5.236)</u>	<u>82.866</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	88.000	69	(4.324)	83.745
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	14	-	14
Lucro líquido do semestre	-	-	712	712
Saldos em 30 de junho de 2019	<u>88.000</u>	<u>83</u>	<u>(3.612)</u>	<u>84.471</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	30/06/2019	30/06/2018
Lucro líquido do semestre	<u>712</u>	<u>748</u>
Ajustes para:	<u>3.294</u>	<u>1.100</u>
Depreciação e amortizações	440	494
Redução do valor recuperável de prêmios	13	(316)
Créditos fiscais e previdenciários	226	(462)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	14	-
Diferimento dos custos de aquisição diferidos	255	(80)
Diferimento das provisões técnicas	2.454	1.581
Diferimento dos ativos de resseguro	(108)	(117)
Variação nas contas patrimoniais	<u>(3.702)</u>	<u>(52.572)</u>
Aplicações financeiras	(4.817)	(53.097)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(915)	(300)
Ativos de resseguro	5.519	(8.485)
Depósitos judiciais e fiscais	(108)	(128)
Despesas antecipadas	44	(120)
Outros ativos	(92)	(177)
Fornecedores	129	(108)
Impostos e contribuições	223	(774)
Outras contas a pagar	18	(45)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(375)	(351)
Depósitos de terceiros	(25)	45
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(3.262)	10.712
Provisões judiciais	(41)	256
Caixa gerado/(consumido) nas operações	<u>304</u>	<u>(50.724)</u>
Impostos e contribuições pagos	(351)	578
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	<u>(47)</u>	<u>(50.146)</u>
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(3)	(1)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	<u>(3)</u>	<u>(1)</u>
Atividade de financiamento		
Aumento de Capital	-	50.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>50.000</u>
(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(50)</u>	<u>(147)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	142	277
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	92	130
(Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(50)	(147)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (doravante denominada “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, situada na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 346 - São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 12.973.906/0001-71, tendo como objeto social a comercialização de seguros de danos. A Companhia é controlada pela Unimed Seguradora S.A., que está integrada ao Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas.

A Companhia é controlada diretamente pela Unimed Seguradora S.A., com participação de 99,99%, e controlada indiretamente pela Unimed Participações S.A., cujos acionistas estão diluídos em 225 cotistas em 30 de junho de 2019.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de agosto de 2019.

b. Base para preparação

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras intermediárias foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

c. Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros disponíveis para venda
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP.

e. Moedas funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f. Utilização de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas referendadas pela SUSEP e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As Notas Explicativas nºs: 3g - Mensuração dos contratos de seguros, 5 - Aplicações financeiras, 8 - Créditos tributários e previdenciários, 9 - Custos de aquisição diferidos, 16 - Provisões técnicas - Seguros e 17 - Provisões judiciais, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

g. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia.

h. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

Novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2019 quando referendadas pela SUSEP. Entre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontram-se:

(i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS39 (CPC 38).

O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

(ii) CPC 6 (R2) - Operações com arrendamento mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial das companhias arrendatárias, reconhecendo um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Porém a Companhia não possui contratos de arrendamento, desta forma não haverá impactos da adoção desta norma.

O CPC 6 (R2) será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

(iii) IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 - Contratos de Seguros, divulgada em 2017, veio para substituir a IFRS 4 apresentada em 2004 como norma interina. A IFRS 17 é mais abrangente e contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de contratos de seguro com o reconhecimento do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. Mudanças nas estimativas de fluxo de caixa futuro também deverão ser reconhecidas durante o período de vigência do contrato.

O IFRS 17 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Representam numerário disponível em caixa e em contas bancárias. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo.

b. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iv) empréstimos e recebíveis e (v) determinação do valor justo. A classificação entre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado e deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre os ganhos (perdas) não realizados. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado e os juros são transferidos para o resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Esses ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem, substancialmente, “Prêmios a receber”.

(v) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para os títulos de renda fixa privados denominados debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA. Para as debêntures sem cotação na ANBIMA, utiliza-se a metodologia própria do custodiante, que pode utilizar o *spread* médio calculado a partir dos preços médios das operações realizadas e registradas no Sistema Nacional de Debêntures. Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, na Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na Central Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é apurado apenas para fins de divulgação.

c. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente; quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. As perdas são reconhecidas para todos os contratos inadimplentes acima de 60 dias e riscos decorridos vencidos, considerando as parcelas a vencer do mesmo devedor.

Para as operações a recuperar com resseguradores, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

d. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil-econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme apresentado a seguir:

- Bens móveis: 5 a 10 anos

e. Ativos intangíveis

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com terceiros e equipes internas alocadas no desenvolvimento de *software*. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

A Companhia revisou a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alterações.

Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de, aproximadamente, cinco anos, a partir da data em que o sistema entre em operação, e são avaliados para *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

f. Classificação dos contratos de seguros e de investimentos

Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico.

Os contratos de resseguro também são classificados como “Contrato de seguros”, pois pressupõe a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios e princípios das operações de seguros.

Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do risco, sendo apropriados em bases *pro rata die*.

Os custos de agenciamento são registrados quando incorridos e apropriados ao resultado de acordo com o período de vigência das apólices.

g. Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e os custos de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O prazo médio de recebimento do prêmio é de 41 dias.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes nas mesmas bases. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Companhia e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pelos resseguradores.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

h. Custos de aquisição diferidos

Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. O prazo médio do diferimento dos custos de aquisição é de 12 meses, conforme definido pela vigência das apólices.

i. Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), assim resumidas:

- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco não decorrido, sendo calculada *pro rata die*, considerando para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos.
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG, dada a existência de riscos assumidos pela Companhia, cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com base em metodologia própria que considera o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de seis meses.
- A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e atualizada monetariamente e com juros nos termos da legislação vigente. Também contempla a estimativa da provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados — *Incurred But Not Enough Reported (IBNER)* —, calculada conforme nota técnica atuarial, que tem como objetivo adequar o saldo da PSL aos valores incorridos dos sinistros.
- A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em metodologia própria na qual são aplicados percentuais definidos em Nota Técnica, sobre o somatório dos prêmios-base ou sinistros-base, no período de 12 (doze) meses, sendo considerado o maior valor obtido após a aplicação dos percentuais para constituição do IBNR.
- A Provisão de Despesas Relacionadas Direta (PDR- Direta) é constituída com base nas despesas alocáveis em sinistros avisados. A provisão de despesas relacionadas à IBNR (PDR-IBNR) é calculada conforme metodologia própria, constituída para cobrir as despesas relacionadas aos sinistros não avisados.

j. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

Nos termos do CPC 11 - Contratos de Seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, complementado pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as sociedades seguradoras devem, a cada data de balanço, elaborar o TAP para todos os contratos em curso na data de execução do teste, com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras intermediárias as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro e previdência. Esse teste levou em consideração o fluxo de caixa futuro estimado bruto de resseguro, contemplando os pagamentos de sinistros futuros, de sinistros já ocorridos e ainda não pagos ou a ocorrer, contribuições e prêmios futuros que não estejam contidos na PPNG, despesas administrativas relacionadas a riscos cujas vigências tenham se iniciado até a data-base do teste, despesas alocáveis e não alocáveis relacionadas a sinistros e benefícios e despesas de comercialização.

Para esse teste, foi adotada uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atuais, sendo os contratos agrupados em bases de riscos similares.

Nos termos da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, foram utilizadas como premissas técnicas a sinistralidade de 36,99% para os ramos de seguros de responsabilidade e 41,68% para os demais ramos e cancelamentos que melhor refletissem a experiência atual observada para cada segmentação. Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros livre de risco definidas pela SUSEP, conforme indexador contratado.

Os testes foram realizados por segmentação, como apresentado a seguir:

- Responsabilidade
- Compreensivo

Caso o resultado do teste de adequação do passivo apresente insuficiência, deverá ser reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Em 30 junho de 2019, o resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, não houve necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

k. Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável ou possível que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. A Companhia utiliza como critério efetuar a reserva sempre que a avaliação do prognóstico de perda realizada pelos assessores jurídicos for determinada como "possível" ou "provável".

Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras intermediárias.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda do semestre corrente e diferido foi calculada à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável no período que exceder a R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% (20% em 2018) e o diferido a alíquota de 15%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes às diferenças temporárias quando elas revertem, até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

m. Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é calculado dividindo-se o lucro pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

4 Gerenciamento de riscos

O processo de gerenciamento de riscos é conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria e demais colaboradores, sendo aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar, em toda a Companhia, eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. Esse processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos e em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente no tratamento das exposições mais relevantes para o negócio.

Adicionalmente, o processo de gestão de riscos é composto por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações, abrangendo os riscos de subscrição, mercado, liquidez, crédito e operacional. Para fazer frente aos eventos de risco aos quais estamos expostos, essa estrutura é compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços e processos da Companhia.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Companhia no desempenho de suas atribuições como agentes de governança contam com o suporte de Comitês de Assessoramento, abaixo mencionados, compostos por membros da Diretoria Executiva, corpo técnico de colaboradores da Companhia e eventuais convidados de áreas específicas, possibilitando uma análise aprofundada das matérias de competência de cada Comitê.

Comitê de Governança, Riscos e Compliance

O Comitê de Governança, Riscos e Compliance tem por objetivo garantir a transparência e a ética na Companhia, zelando pela efetiva adoção das melhores práticas de Governança, assim como avaliar os riscos inerentes aos seus negócios, incluindo avaliação qualitativa e quantitativa, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos, a proteção e a valorização do seu patrimônio e aderência ao ambiente regulatório.

Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos tem por objetivo analisar e aprovar as propostas de aplicações dos recursos financeiros a ser realizadas pela Companhia, observadas: segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos, de acordo com a legislação vigente, a Política de Investimentos e outras diretrizes que venham a ser adotadas pela Administração da Companhia.

Comitê de Produtos e Clientes

O Comitê de Produtos e Clientes tem por objetivo definir a criação e o lançamento de produtos, bem como gerir seu desempenho e introdução no mercado, estabelecer políticas e práticas de atendimento e de prestação de serviço diferenciada, além de identificar oportunidades de melhoria e definir planos de ações, frente aos índices e motivos de reclamações.

Comitê de Conduta Ética

Órgão de natureza multidisciplinar e independente, cuja finalidade é promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento constante dos valores corporativos e do Código de Conduta Ética da Companhia.

Gestão de Capital

A Unimed Seguros Patrimoniais S.A. segue a estrutura de gerenciamento de capital da sua controladora, Unimed Seguradora S.A., a qual é suportada por política específica, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Essa política estabelece papéis e responsabilidades, limites de suficiência, mecanismos de monitoramento e planos para reenquadramento, quando constatadas irregularidades. A Diretoria Financeira, Técnica e Atuária é responsável pela gestão e apuração dos resultados.

De maneira independente, a área de Gestão de Riscos e Governança monitora a aderência da alocação de capital em relação aos critérios regulatórios, emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). São avaliados os requerimentos de capital necessários para suportar os riscos aos quais a Unimed Seguros Patrimoniais S.A. está exposta, o que inclui o capital necessário para suportar os riscos de crédito, mercado, subscrição e operacional. O capital necessário para suportar riscos está demonstrado, na (Nota Explicativa nº 18e).

a. Risco de subscrição

O risco de subscrição é gerenciado por meio de políticas de aceitação, dos processos de gestão de riscos dos contratos de seguros/resseguros e das definições de premissas e acompanhamento das provisões técnicas. A teoria da probabilidade é aplicada para a precificação, e o principal risco é de frequência e/ou severidade de sinistros ser maior do que o estimado.

Para a gestão e mitigação do risco das provisões, a Companhia possui os seguintes procedimentos:

- **Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões** - Neste procedimento, realizado no mínimo anualmente, é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas.
- **Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas** - São analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir, se necessário, mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo, e na tomada de decisão.

(i) Análise de sensibilidade

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas provisões técnicas de sinistros.

Foi considerado agravamento de 5% nos fatores de atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros que poderia afetar a provisão de IBNR.

Foi considerado aumento de 5 p.p. na sinistralidade para verificar o impacto na Provisão de Sinistros a Liquidar.

Para cada teste, é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Premissas		Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido			
		30/06/2019		30/06/2019	
		Bruto resseguro	Líquido resseguro	Bruto resseguro	Líquido resseguro
Aumento sinistralidade	5%	546	434	421	721
Diminuição sinistralidade	(5%)	(546)	434	(421)	(721)

(ii) *Desenvolvimento de sinistros*

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões.

	Sinistro bruto de resseguro (*)						Total
	Ano do aviso do sinistro						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
No ano do aviso	11	179	1.450	3.723	15.516	5.045	5.045
Um ano após o aviso	-	173	1.671	3.987	9.948	-	9.948
Dois anos após o aviso	-	307	1.698	3.971	-	-	3.971
Três anos após aviso	-	338	1.811	-	-	-	1.811
Quatro anos após o aviso	-	355	-	-	-	-	355
Estimativa dos sinistros na data-base de 30/06/2019	-	355	1.811	3.971	9.948	5.045	21.130
Diferença entre as estimativas inicial e final	11	(176)	(361)	(248)	5.569	-	4.795
Pagamentos de sinistros efetuados	-	47	1.049	2.294	5.657	646	9.693
Sinistros Pendentes em 30/06/2019	-	308	762	1.677	4.291	4.398	11.436
IBNR	-	-	-	-	-	-	6.918
IBNeR	-	-	-	-	-	-	1.523

(*) Sinistro líquido de cosseguro e bruto de resseguro.

	Sinistro líquido de resseguro (*)						Total
	Ano do aviso do sinistro						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
No ano do aviso	11	166	976	2.517	6.000	3.747	3.747
Um ano após o aviso	-	159	1.172	2.853	4.890	-	4.890
Dois anos após o aviso	-	268	1.195	2.842	-	-	2.842
Três anos após aviso	-	294	1.279	-	-	-	1.279
Quatro anos após o aviso	-	308	-	-	-	-	308
Estimativa dos sinistros na data-base de 30/06/2019	-	308	1.279	2.842	4.890	3.747	13.066
Diferença entre as estimativas inicial e final	11	(142)	(303)	(325)	1.111	-	352
Pagamentos de sinistros efetuados	-	44	653	1.521	1.472	496	4.186
Sinistros Pendentes em 30/06/2019	-	264	626	1.321	3.418	3.251	8.880
IBNR	-	-	-	-	-	-	5.197
IBNeR	-	-	-	-	-	-	1.202

(*) Sinistro líquido de cosseguro e bruto de resseguro'

(iii) *Gerenciamento de riscos por linhas de negócio*

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações nos produtos.

(iv) *Seguros de responsabilidade e patrimoniais*

Os riscos associados a esses seguros incluem, entre outros:

- Risco de despesas de administração não suportadas pelo produto.
- Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos e risco de taxa de juros.
- Risco de severidade e frequência de sinistros.
- Os riscos apresentados são gerenciados como segue:
- O risco de não persistência é gerenciado através de monitoramento frequente e da implementação de diretrizes específicas para melhorar a retenção das apólices.
- O risco de um elevado nível de despesas é gerenciado pelo monitoramento frequente das despesas.

b. *Risco de mercado*

Possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto e se subdivide da seguinte maneira:

Risco de oscilação de preços

Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros, taxas de câmbio, índices e derivativos.

(i) *Gerenciamento do risco de mercado*

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

- Utilização de um conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado, seguimos o modelo de *Value-at-Risk (VaR)*.

A política de aplicações financeiras tem como objetivo limitar o risco associado à manutenção de exposições em renda fixa (risco não sistemático), e requisitos de diversificação e outras práticas de gestão de risco são adotadas, por exemplo: limite máximo de exposição relativa em títulos privados e diversificação por faixa de risco de crédito.

(ii) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros é a perda resultante de mudanças da taxa de juros, inclusive mudanças no aspecto das curvas de rendimentos. As exposições da Companhia ao risco da taxa de juros incluem, entre outras, o risco de taxa de juros para contratos de seguros e obrigações para contratos de investimentos (títulos privados e públicos constantes na carteira de investimentos).

(iii) *Resultados do teste de sensibilidade*

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de riscos: taxa de juros e cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA).

Para os ativos financeiros classificados na categoria "Ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm nenhum efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados.

No caso dos ativos financeiros classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração dos títulos.

Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos prefixados e atrelados à inflação (IPCA e IGP-M), classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (de acordo com a duração de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos ativos financeiros "Disponíveis para venda" e "Valor justo por meio do resultado" integrantes da carteira de investimentos da Companhia.

No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e SELIC), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para esse horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses.

Por fim, para a parcela da carteira investida em renda variável, considerou-se qual seria o impacto imediato de uma oscilação de dez pontos percentuais, para mais ou para menos, no preço das ações integrantes da carteira da Companhia.

Ativos Classe de ativo	Alocação	Impacto sobre lucro e patrimônio líquido/resultado	
		Taxa de Juros	
		+1%	-1%
Títulos Pós Fixados			
Disponível para Venda	32.104	321	(321)
Avaliados a Valor Justo	63.148	631	(631)
Títulos Pré Fixados			
Até o Vencimento	1.501	15	(15)
IPCA			
Até o Vencimento	4.441	44	(44)
IGP-M			
Até o Vencimento	1.978	20	(20)
Impacto no Patrimônio Líquido		-	-
Impacto no Resultado		967	(967)
Impacto Líquido de Impostos PL		-	-
Impacto Líquido de Impostos Resultado		532	(532)
Total	103.172		

Limitações da análise de sensibilidade

O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

Adicionalmente, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Os demais ativos financeiros não classificados como aplicações não foram considerados no teste de sensibilidade apresentado em virtude da sua natureza e de terem realização em curto prazo.

c. Risco de liquidez

(i) Gerenciamento do risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos do fluxo de caixa, tendo como finalidade estabelecer o controle de possíveis descasamentos entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis (prazos de recebimento e liquidação de direitos e obrigações, bem como da liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras).

Adicionalmente, é mantida uma Carteira de Liquidez, de seus ativos financeiros, com o objetivo de manter a liquidez em níveis mínimos necessários de maneira a honrar os seus compromissos de curto prazo.

Ativos Financeiros

	30/06/2019		31/12/2018	
	R\$ (mil)	% Carteira	R\$ (mil)	% Carteira
Liquidez				
Imediata	65.321	51%	25.819	20%
De 01 a 30 dias	18.344	14%	41.076	32%
De 31 a 60 dias	1.957	2%	927	1%
De 61 a 90 dias	2.648	2%	689	1%
De 91 a 120 dias	2.128	2%	39.539	32%
De 121 a 150 dias	616	-	466	-
De 151 a 180 dias	462	-	440	-
De 181 a 365 dias	4.531	4%	7.778	6%
Acima de 365 dias	31.535	25%	10.446	8%
Total	127.542	100%	127.180	100%

Conciliação dos ativos e passivos

A nota a seguir demonstra o *aging* das operações de todas as classes de ativos e passivos financeiros e contratos de seguros detidos pela Companhia.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2019

	Sem vencimento definido	Vencidos até 1 ano	Vencidos acima de 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer acima de 5 anos	Total
Caixa e bancos	92	-	-	-	-	-	92
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	63.148	-	-	-	-	-	63.148
Quotas de fundos de investimento abertos	63.148	-	-	-	-	-	63.148
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	-	26.794	5.310	32.104
Títulos privados	-	-	-	-	26.794	1.770	28.564
Títulos públicos	-	-	-	-	-	3.540	3.540
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	-	2.165	5.755	7.920
Títulos privados	-	-	-	-	2.165	5.755	7.920
Crédito das operações com seguros e resseguros (*)	-	15.187	41	-	-	-	15.228
Prêmios a receber	-	15.069	2	-	-	-	15.071
Operações com resseguradoras	-	118	39	-	-	-	157
Ativos de resseguro e retrocessão	2.480	5.371	1.049	-	-	-	8.900
Títulos e créditos a receber	-	-	21	-	-	-	21
Outros créditos	-	-	-	129	-	-	129
Total dos ativos financeiros	65.720	20.558	1.111	129	28.959	11.065	127.542
Provisões técnicas (**)	10.600	25.738	5.257	-	-	-	41.595
Passivos financeiros	-	134	50	8.324	22	-	8.530
Obrigações a pagar	-	22	1	145	22	-	190
Impostos e encargos sociais a recolher	-	-	-	1.175	-	-	1.175
Encargos trabalhistas	-	-	-	666	-	-	666
Impostos e contribuições	-	-	-	93	-	-	93
Outras contas a pagar	-	-	-	166	-	-	166
Depósito de terceiros	-	39	38	-	-	-	77
Débitos de operações com seguros e resseguros (*)	-	73	11	6.079	-	-	6.163
Total dos passivos financeiros	10.600	25.872	5.307	8.324	22	-	50.125

(*) Valor bruto da provisão da redução ao valor recuperável de prêmios a receber.

(**) A segregação nas faixas de vencimento referem-se à Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), calculadas com base na data efetiva de aviso. Para a rubrica sem vencimento, são consideradas as provisões técnicas relativas à Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR).

d. Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Os critérios para a escolha dos emissores dos ativos de crédito passam por uma avaliação interna na qual os investimentos (ou reinvestimentos) são realizados somente com contrapartes com grau de investimentos e têm seus *ratings* avaliados por agências renomadas atuantes no mercado. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas, revisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a carteira de ativos financeiros da Companhia está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco.

Rating dos ativos financeiros

Nota	30/06/2018		31/12/2018	
	Valor	Part. % Total	Valor	Part. % Total
Soberano	3.540	3%	3.999	3%
AAA	13.826	11%	12.917	10%
AA	20.004	16%	19.146	15%
A	2.042	2%	6.229	5%
BBB	4.137	3%	833	1%
B	672	1%	2.960	2%
Total em Risco	44.221	36%	46.084	36%
Sem classificação*	83.321	64%	81.096	64%
Total	127.542	100%	127.180	100%

(*) Inclui ações, Fundos Abertos, títulos e créditos a receber e outros créditos.

Para classificação dos *ratings* são utilizadas as agências *Fitch*, *Moody's* e *S&P*, conforme a política de investimentos quando há classificação por mais de uma das agências, é utilizado sempre a menor classificação.

O risco de crédito de prêmios a receber é observado e calculado com base nas políticas de perdas sobre créditos a receber.

Risco de concentração de investimentos

Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pela não diversificação dos investimentos.

e. Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos.

Controle do risco operacional

A metodologia de Gestão de Riscos da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. baseia-se nos componentes e princípios do *framework* do COSO ERM, COSO 2017 e ISO 31000, que têm como objetivo propiciar uma gestão integrada e eficaz, em linha com as melhores práticas utilizadas nos mercados nacional e internacional para proposição e implementação do modelo corporativo de gestão de riscos, controles e *compliance*.

O processo de gestão de riscos da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. é conduzido pela área de Gestão de Riscos e Governança e está estruturado da seguinte forma:

- (i) Identificação dos riscos**
O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pelas equipes de Processos e Gestão de Riscos e Governança, no apoio às áreas de negócio, para identificar, mapear e associar os riscos aos subprocessos da Seguros Unimed. Podemos separar a etapa de identificação em cinco atividades principais:
- Mapear os processos
 - Identificar os riscos e fatores de riscos
 - Identificar os controles e associá-los aos riscos
 - Identificar normas e regulamentações
 - Identificação de deficiências.
- (ii) Mensuração e avaliação**
O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pela área de Gestão de Riscos e Governança no suporte às áreas de negócio, para mensurar e avaliar os riscos da Seguros Unimed. Destacamos as principais atividades desta etapa:
- Classificação do impacto
 - Realização da auto avaliação do ambiente de controle
 - Realização do *walkthrough* e testes
 - Avaliação da aderência aos normativos
 - Avaliação dos riscos residuais.
- (iii) Resposta ao risco (mitigação e controle)**
Para os riscos identificados sem controles associados e/ou controles testados e considerados inefetivos, sejam por falha no desenho do controle ou falta de eficiência do controle, a área de Gestão de Riscos e Governança apoia os gestores das áreas de negócio na definição da resposta aos riscos. Para orientar a tomada de decisão, deve ser definida a resposta aos riscos, conforme as categorias descritas abaixo:

- Evitar: não correr o risco e descontinuar as atividades que geram riscos. Evitar o risco pode implicar a descontinuação de uma linha de produtos, divisão de negócios, processos ou subprocessos.
- Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do risco. Essa resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos ou subprocessos.
- Compartilhar: atividades que visam a reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco, por exemplo: cosseguro, resseguro ou *outsourcing*.
- Aceitar: nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco.

Para os riscos que a Administração da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. não optar por “Evitar” ou “Aceitar”, deverão ser definidos planos de ação para correção/melhoria do ambiente de controles internos, visando à mitigação do risco.

(iv) Monitoramento

Tendo como base os riscos avaliados na etapa de Mensuração e Avaliação, a área de Gestão de Riscos e Governança define indicadores com foco nos riscos priorizados (riscos considerados com impacto “alto”). Os resultados dos indicadores são acompanhados periodicamente.

(v) Reporte

A etapa de reporte contempla a responsabilidade da área de Gestão de Riscos e Governança no apoio às áreas gestoras de seus processos de negócios, assegurando o reporte do processo de Gestão de Riscos à Alta Administração da Companhia.

O plano de continuidade de negócios é tratado corporativamente, por meio de ferramentas e metodologias que visam a manter em funcionamento as atividades essenciais do negócio em situações de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a Unimed Seguros Patrimoniais S.A. e seus clientes.

f. Concentração de riscos

A carteira está pulverizada por diversos estados da federação, além da diversificação de produtos e clientes, conforme apresentado abaixo:

30/06/2019												
Distribuição de prêmio emitido - Por região geográfica - Bruto de resseguro												
Ramo	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
R.C. Profissional	744	3,53%	865	4,11%	216	1,03%	9.286	44,09%	6.282	29,83%	17.393	82,59%
R. C. D&O	107	0,51%	149	0,71%	16	0,08%	948	4,50%	653	3,10%	1.873	8,90%
Compreensivo empresarial	197	0,94%	91	0,43%	11	0,05%	613	2,91%	426	2,02%	1.338	6,35%
Compreensivo residencial	89	0,42%	11	0,05%	1	-	247	1,17%	48	0,23%	396	1,87%
Lucros cessantes	5	0,02%	6	0,03%	-	-	6	0,03%	4	0,02%	21	0,10%
R. C. Geral	11	0,05%	4	0,02%	1	-	17	0,08%	8	0,04%	41	0,19%
Total	1.153	5,47%	1.126	5,35%	245	1,16%	11.117	52,78%	7.421	35,24%	21.062	100%

g. Principais ramos de atuação

Ramo de atuação	Índice de					
	Prêmio ganho		Sinistralidade %		Comissionamento %	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
R.C. Profissional	15.998	12.071	32%	36%	28%	27%
R. C. D&O	1.962	1.641	15%	-	12%	12%
Compreensivo empresarial	1.366	1.113	280%	73%	21%	21%
Compreensivo residencial	438	398	65%	59%	21%	24%
R. C. Geral	47	34	1%	2%	20%	16%
Lucros cessantes	46	34	7%	8%	19%	22%
Total	19.857	15.291	10%	83%	26%	25%

5 Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação

Títulos	Níveis	Vencimentos				Ativos				Total			
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor Contábil	Valor Custo Atualizado	Valor justo a valor justo		30/06/2019	%	31/12/2018	%
Valor justo por meio do resultado		-	-	-	63.148	63.148	63.148	63.148	-	63.148	61,21%	62.417	63,46%
Quotas de Fundos de Renda Fixa	2	-	-	-	61.573	61.573	61.573	61.573	-	61.573	59,68%	62.417	63,46%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)	2	-	-	-	1.575	1.575	1.575	1.575	-	1.575	1,53%	-	-
Disponível para venda		7.538	19.256	5.310	-	32.104	31.954	32.104	150	32.104	31,12%	28.657	29,14%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	-	3.540	-	3.540	3.540	3.540	-	3.540	3,43%	-	-
Letras Tesouro Nacional (LTN)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.999	4,07%
Letra Financeira (LF)	2	4.114	9.568	-	-	13.682	13.650	13.682	32	13.682	13,46%	13.241	13,46%
Depósito bancário a prazo (CDB)	2	3.424	-	-	-	3.424	3.424	3.424	-	3.424	3,32%	673	0,68%
Debênture	2	-	9.688	1.770	-	11.458	11.340	11.458	118	11.458	11,11%	10.744	10,93%
Mantidos até o vencimento		-	2.165	5.755	-	7.920	7.920	8.716	796	7.920	7,68%	7.281	7,40%
Debênture	2	-	-	5.755	-	5.755	5.755	6.250	495	5.755	5,58%	5.716	5,81%
Letra Financeira (LF)	2	-	2.165	-	-	2.165	2.165	2.466	301	2.165	2,10%	1.566	1,59%
Total		7.538	21.421	11.065	63.148	103.172	103.022	103.968	946	103.172	100,00%	98.355	100,00%

b. Hierarquia do valor justo

Os valores de referência foram definidos como apresentado a seguir:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo.
- **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3:** títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, incluindo os ativos financeiros classificados na categoria “Mantidos até o vencimento”, tampouco houve reclassificações entre níveis hierárquicos dos ativos financeiros.

c. Taxa de juros contratada

Títulos	Classe	Taxa de Juros Contratada		Saldo Contábil
Fundo Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa			61.573
Depósito bancário a prazo (CDB)	Títulos Privados Renda Fixa	104,00%	CDI	3.424
Debêntures	Títulos Privados Renda Fixa	112,29%	CDI	5.865
			CDI + 1,19%	5.593
			IGPM + 6,10%	1.978
			IPCA + 6,00%	3.777
Letra Financeira (LF)	Títulos Privados Renda Fixa	108,34%	CDI	13.682
			IPCA + 6,10%	664
			PRE 10,88%	1.501
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Títulos Públicos pós-fixados	100,00%	SELIC	3.540
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)	Títulos Privados Renda Fixa			1.575
Total				103.172

d. Movimentação das aplicações financeiras

	30/06/2019	30/06/2018
Saldo Inicial do semestre	98.355	38.655
Aplicação	31.682	118.109
Resgate	(30.437)	(67.711)
Receita Financeira	3.547	2.737
Ajuste a valor de mercado	25	(87)
Outros	-	1
Saldo Final do Semestre	103.172	91.704

e. Cobertura das provisões técnicas

Os seguintes ativos financeiros estavam vinculados em garantia das provisões técnicas:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisões técnicas	41.595	42.403
(-) Ativos de resseguro redutores	(6.519)	(11.720)
(-) Direitos creditórios	(8.604)	(7.812)
Total a ser coberto	<u>26.472</u>	<u>22.871</u>
Títulos de renda fixa - Públicos	3.540	3.999
Títulos de renda fixa - Privados	20.184	25.220
Cotas fundos de investimentos	12.367	-
Total de ativos em garantia	<u>36.091</u>	<u>29.219</u>
Suficiência de cobertura	<u>9.619</u>	<u>6.348</u>

6 Crédito das operações com seguros e resseguros

a. Crédito das operações com seguros e resseguros

	Prêmios a receber				Operações com resseguradoras				Total	
	Riscos vigentes emitidos	Juros a apropriar	Riscos vigentes não emitidos	Redução ao valor recuperável	Prêmios efetivos	Sinistros pagos a recuperar	Despesas relacionadas	Redução ao valor recuperável	30/06/2019	31/12/2018
R.C. Profissional	11.807	(12)	1.422	(70)	-	107	3	(29)	13.228	11.817
R. C. D&O	734	-	226	-	-	-	-	-	960	1.099
Compreensivo empresarial	623	(9)	99	(8)	2	567	1	(511)	764	1.018
Compreensivo residencial	198	(5)	29	(6)	-	19	-	(2)	233	286
Lucros cessantes	15	-	3	-	-	-	-	-	18	64
R. C. Geral	22	-	3	-	-	-	-	-	25	42
Total	13.399	(26)	1.782	(84)	2	693	4	(542)	15.228	14.326

b. Prêmios a receber por idade

	30/06/2019	31/12/2018
A vencer		
De 1 a 30 dias	5.798	5.323
De 31 a 120 dias	6.493	5.864
De 121 a 365 dias	2.585	2.646
Vencidos		
De 1 a 30 dias	202	200
De 31 a 120 dias	34	14
De 121 a 365 dias	23	42
Superior a 365 dias	21	21
Total	15.156	14.110
Redução ao valor recuperável	(85)	(74)
Prêmios líquidos a receber	15.071	14.036

c. Movimentação de prêmios a receber

	30/06/2019	30/06/2018
Prêmios a receber no início do semestre	14.036	11.400
Prêmios emitidos líquidos de IOF e cancelamento	20.681	16.128
Recebimentos	(21.659)	(16.915)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	1.514	1.192
Juros sobre parcelamentos	21	19
Riscos Vigentes e Não Emitidos (RVNE)	489	(178)
Redução ao valor recuperável	(11)	316
Prêmios a receber no final do semestre	15.071	11.962

7 Ativos de resseguro - Provisões técnicas

a. Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas

	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Prêmio de resseguro diferido - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	IBNR	PDR	30/06/2019	31/12/2018
Compreensivo empresarial	724	45	410	79	3	1.261	7.862
R.C. Profissional	2.069	158	2.442	1.296	112	6.077	5.070
R.C. D&O	935	104	8	315	19	1.381	1.199
Compreensível residencial	66	3	10	23	2	104	90
Lucros cessantes	34	1	-	3	-	38	50
R.C. Geral	28	1	5	5	-	39	39
Circulante e não circulante	3.856	312	2.875	1.721	136	8.900	14.310

b. Movimentação dos ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas

	2019				Saldo em 30/06/2019
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Reversão	Baixa/Pagamento	
Prêmio de resseguro diferido - PPNG	3.793	4.904	(4.841)	-	3.856
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	309	103	(100)	-	312
Sinistros pendentes de pagamento	8.537	3.339	(6.248)	(2.753)	2.875
IBNR	1.504	1.723	(1.505)	-	1.721
PDR	167	138	(169)	-	136
Total	14.310	10.206	(12.863)	(2.753)	8.900

	2018			Saldo em 30/06/2018
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Reversão	
Prêmio de resseguro diferido - PPNG	3.090	8.905	(8.202)	3.238
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	203	1.092	(986)	141
Sinistros pendentes de pagamento	870	11.844	(4.177)	8.850
IBNR	746	903	(145)	1.145
PDR	48	372	(253)	185
Total	4.957	23.116	(13.763)	13.559

c. Discriminação dos resseguradores

Tipo	Resseguradores	Prêmio cedido	(-) Comissão sobre prêmio cedido	Prêmio	
				líquido de resseguro (Nota 20e)	Sinistros a recuperar (Nota 20 e)
Local	Munich RE do Brasil Resseguradora S.A.	2.767	(988)	1.779	(547)
Local	Austral Resseguradora S.A.	935	(352)	583	444
Local	IRB Brasil Resseguros S.A.	1.726	(646)	1.080	941
Local	Terra Brasis Resseguros S.A.	701	(263)	438	804
Local	Scor Brasil Resseguro S.A.	259	(98)	161	1.283
	Total	6.388	(2.347)	4.041	2.925

8 Créditos tributários e previdenciários

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Impostos e contribuições a compensar		
Antecipação de IRPJ e CSLL	88	260
Total circulante	88	260
Ajustes temporais de imposto de renda	276	175
Ajustes temporais de contribuição social	158	99
PIS diferido	64	94
COFINS diferido	396	580
Total não circulante	894	948

9 Custos de aquisição diferidos

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Saldo no início do semestre	5.264	3.985
Constituição	4.868	3.791
Reversão	(5.123)	(3.711)
Saldo no final do semestre	<u>5.009</u>	<u>4.065</u>

10 Imobilizado e intangível

a. Movimentação do imobilizado

	Movimentação				30/06/2019			
	31/12/2018	Aquisições	Depreciação	30/06/2019	Custo de aquisição	Depreciação Acumulada	Valor líquido	
Móveis, máquinas e utensílios	3	-	(1)	2	5	(3)	2	10%
<i>Hardware</i>	5	-	-	5	6	(1)	5	20%
Equipamentos	5	3	(1)	7	9	(2)	7	10%
Total	13	3	(2)	14	20	(6)	14	

	Movimentação				30/06/2018			
	31/12/2017	Aquisições	Depreciação	30/06/2018	Custo de aquisição	Depreciação Acumulada	Valor líquido	
Móveis, máquinas e utensílios	4	-	-	4	5	(1)	4	10%
<i>Hardware</i>	6	-	(1)	5	6	(1)	5	20%
Equipamentos	4	1	-	5	6	(1)	5	10%
Total	14	1	(1)	14	17	(3)	14	

b. Movimentação do intangível

	Movimentação				30/06/2019			
	31/12/2018	Aquisições	Amortização	30/06/2019	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	
<i>Software</i>	1.496	-	(438)	1.058	4.972	(3.914)	1.058	20%
Total	1.496	-	(438)	1.058	4.972	(3.914)	1.058	

	Movimentação				30/06/2018			
	31/12/2017	Aquisições	Amortização	30/06/2018	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	
<i>Software</i>	2.482	-	(493)	1.989	4.972	(2.983)	1.989	20%
Total	2.482	-	(493)	1.989	4.972	(2.983)	1.989	

11 Obrigações a pagar

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores	59	62
Participação nos lucros a pagar	131	193
Total	<u>190</u>	<u>255</u>

12 Impostos e encargos sociais e recolher

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto de renda retido de funcionários	42	77
Imposto de renda retido na fonte	8	10
Imposto sobre serviço retido	4	1
Imposto sobre operações financeiras	1.009	966
Contribuições previdenciárias	79	63
Contribuições para FGTS	20	27
Outros impostos e encargos sociais	13	18
Total	<u>1.175</u>	<u>1.162</u>

13 Impostos e contribuições

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão IRPJ	615	402
(-) Antecipação de IRPJ	(627)	(349)
Provisão CSLL	488	349
(-) Antecipação de CSLL	(513)	(304)
COFINS	112	106
PIS	18	17
Total	<u>93</u>	<u>221</u>

Os valores antecipados de Imposto de Renda e Contribuição Social, referentes ao ano calendário de 2019, serão compensados após conclusão dos trabalhos de entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) em julho de 2020.

14 Débito de Operações com seguros e resseguros

a. Operações com resseguradoras

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resseguradora local	2.534	2.865
Prêmio de resseguro - RVNE	354	251
Total	<u>2.888</u>	<u>3.116</u>

b. Corretores de seguros e resseguros

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Comissões a pagar	153	124
Comissões riscos emitidos	2.667	2.649
Comissões risco emitidos RVNE	383	240
Juros a apropriar	(6)	(3)
Redução ao valor recuperável	(9)	(17)
Total	3.188	2.993

15 Depósitos de terceiros

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
De 31 a 60 dias	10	3
De 61 a 120 dias	6	14
De 121 a 180 dias	4	4
De 181 a 365 dias	19	8
Acima de 365 dias	38	72
Total	77	101

16 Provisões técnicas - Seguros

a. Provisões técnicas

	Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
R.C. Profissional	17.275	12.372	6.259	534	36.440	30.713
Compreensivo empresarial	1.419	504	147	7	2.077	8.760
R. C. D&O	1.920	10	354	21	2.305	2.100
Compreensivo residencial	430	66	147	9	652	679
Lucros cessantes	52	-	5	-	57	79
R. C. Geral	53	6	5	-	64	72
Total	21.149	12.958	6.917	571	41.595	42.403

b. Movimentação das provisões técnicas

30/06/2019					
	Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	Total
Saldos no início do semestre	19.944	16.161	5.773	524	42.402
Constituição	21.062	170	3.240	220	24.692
Apropriação	(19.857)				(19.857)
Reversão		(12.271)	(2.096)	(131)	(14.498)
Avisos	-	12.574	-	75	12.649
Juros e atualizações	-	90	-	-	90
Pagamentos	-	(3.766)	-	(117)	(3.883)
Saldos no final do semestre	21.149	12.958	6.917	571	41.595
30/06/2018					
	Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	Total
Saldos no início do semestre	15.512	3.459	3.113	202	22.286
Constituição	15.918	9.123	1.176	136	26.353
Reversão	(15.291)	(1.315)	(337)	(142)	(17.085)
Avisos	-	3.769	-	276	4.045
Juros e atualizações	-	20	-	-	20
Pagamentos	-	(997)	-	(43)	(1.040)
Saldos no final do semestre	16.139	14.059	3.952	429	34.579

17 Provisões judiciais

a. Contingências e depósitos judiciais

Natureza	Provisão para contingências					Depósitos judiciais		
	Saldo em 31/12/2018	Principal	Reversão principal	Atualizações	Reversão de atualizações	Saldo em 30/06/2019	30/06/2019	31/12/2018
1 - Fiscal	<u>285</u>	<u>97</u>	<u>(37)</u>	<u>13</u>	<u>(1)</u>	<u>357</u>	<u>348</u>	<u>260</u>
1.1 INSS Liminar Judicial (Verbas Trabalhistas)	268	77	-	12	-	357	348	260
1.2 Cofins S/Base Pis/Cofins	15	17	(32)	1	(1)	-	-	-
1.3 Pis S/Base Pis/Cofins	2	3	(5)	-	-	-	-	-
2 - Contingências cíveis	<u>149</u>	<u>2</u>	<u>(95)</u>	<u>6</u>	<u>(29)</u>	<u>33</u>	<u>=</u>	<u>=</u>
3 - Contingências trabalhistas	<u>64</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>3</u>	<u>=</u>	<u>67</u>	<u>83</u>	<u>63</u>
Total	<u>498</u>	<u>99</u>	<u>(132)</u>	<u>22</u>	<u>(30)</u>	<u>457</u>	<u>431</u>	<u>323</u>

1. Fiscal

1.1 INSS - Recolhimento da contribuição previdenciária sobre verbas trabalhistas

A Companhia, através de parecer de seus assessores jurídicos, considera como perda possível as seguintes verbas: adicionais de hora extra e noturno, férias usufruídas e descanso semanal remunerado; e considera como perda provável: salário-maternidade, salário-paternidade e gratificação natalina/13º salário, sendo certo que para essas verbas a Companhia vem realizando os depósitos judiciais dos valores e, conseqüentemente, constituindo a provisão desses valores. R\$ 357. Cabe esclarecer que o aumento da reserve refere-se a verba e 13º salário, sempre paga no mês de dezembro de cada exercício.

1.2 COFINS sobre base PIS/COFINS

A Companhia obteve, em outubro/2018, liminar que suspendia a exigibilidade da inclusão da COFINS na sua própria base de cálculo. Em decorrência da revogação dessa liminar, a Companhia optou por recolher os valores retroativos, e posteriores, até obter êxito no recurso que está sendo impetrado pelos seus assessores jurídicos.

1.3 PIS sobre base PIS/COFINS

A Companhia obteve, em outubro/2018, liminar que suspendia a exigibilidade da inclusão da PIS na sua própria base de cálculo. Em decorrência da revogação dessa liminar, a Companhia optou por recolher os valores retroativos, e posteriores, até obter êxito no recurso que está sendo impetrado pelos seus assessores jurídicos.

2. Contingências Cíveis

A Companhia responde a processos de natureza cível, tramitando em diversas fases. De acordo com avaliação de nossos assessores jurídicos, o montante provisionado para as ações com as classificações de perdas “provável” e “possível” é de R\$ 33. Cabe esclarecer que conforme nota técnica a empresa constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e provável.

3. Contingências Trabalhistas

A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, tramitando em diversas fases. De acordo com a avaliação de nossos assessores jurídicos, o montante provisionado para as ações com classificações de perdas “possível” ou “provável” é de R\$ 67. Cabe esclarecer que conforme nota técnica a empresa constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e provável.

b. Composição das ações judiciais de sinistros

Probabilidade de perda	30/06/2019			31/12/2018		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão
Provável	27	526	571	28	419	453
Possível	22	1.399	937	21	1.308	663
Remota	73	5.813	30	49	1.549	-
Total	122	7.738	1.538	98	3.276	1.116

c. Movimentação de sinistros judiciais a liquidar

	30/06/2019	30/06/2018
Saldo no início do semestre	1.116	346
Sinistros pagos	-	(60)
Constituições	400	209
Baixa da provisão por êxito	(34)	-
Alteração de estimativas ou probabilidades	(34)	52
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	90	22
Saldo no final do semestre	1.538	569

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 88.000 (R\$ 88.000 em 31 de dezembro de 2018) está representado por 101.457.737 ações ordinárias (101.457.737 em 31 de dezembro de 2018), todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída após apuração do resultado do exercício social por valor correspondente a 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social.

c. Reserva de investimento e capital de giro

O saldo do lucro líquido, após as destinações da reserva legal e dos dividendos, se houver, será destinado à reserva de investimento e capital de giro, a qual não poderá exceder o valor do capital social. Essa reserva terá por finalidade absorver prejuízos, assegurar investimentos em participações em outras sociedades, no imobilizado, nas operações da Companhia, no intangível e, acréscimo do capital de giro.

A Assembleia Geral, quando atingido esse limite ou se entender suficiente o valor da reserva estatutária, deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição dos dividendos.

d. Dividendos

De acordo com o art. 30, § 1º, inciso II do Estatuto Social, o pagamento mínimo de dividendos ou juros sobre capital próprio deve considerar:

- Lucro líquido do exercício.
- (-) Constituição da reserva legal de 5%.
- Sobre a base de cálculo, distribuição de, no mínimo, 10% como dividendos.

e. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

	30/06/2019	31/12/2018
Patrimônio líquido	84.471	83.745
Ajustes contábeis:	(1.367)	(2.060)
Despesas antecipadas	(2)	(46)
Ativo intangível	(1.058)	(1.496)
Custo de aquisição diferidos não relacionados à PPNG	(307)	(518)
Ajustes econômicos:	478	134
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	478	134
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	83.582	81.819
Capital Mínimo Requerido (CMR)	15.000	15.000
Capital-base (i)	15.000	15.000
Capital de risco (ii)	11.033	10.442
Capital risco de subscrição	5.736	5.021
Capital risco de crédito	5.899	6.001
Capital risco operacional	301	260
Capital risco de mercado	1.792	1.707
Redução por correlação dos riscos	(2.695)	(2.547)
Capital Mínimo Requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (i) e (ii)	15.000	15.000
Suficiência de capital (PLA - CMR)	68.582	66.819
Suficiência de capital (%)	82%	82%

Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP nº 343/2016.

A Resolução CNSP nº 321/15 e alterações determinam que as sociedades seguradoras apresentem índice de liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresenta índice de liquidez de 87%.

19 Transações com partes relacionadas

As principais transações e saldos com partes relacionadas estão detalhadas a seguir:

- (a) Despesas pela utilização da estrutura administrativa compartilhada com a controladora Unimed Seguradora S.A. e com a coligada Unimed Seguros Saúde S.A.
- (b) Despesa de seguro de vida dos funcionários com a controladora Unimed Seguradora S.A.
- (c) Despesa de seguro saúde dos funcionários com a coligada Unimed Seguros Saúde S.A.
- (d) Prêmios de seguros com os acionistas da controladora Unimed Seguradora S.A.
- (e) Despesas administrativas com a remuneração dos Administradores, que compreende os benefícios de curto prazo. Não é concedido nenhum tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

- (f) Remuneração pela estipulação de contratos de pró-labore com as empresas cooperativas singulares pertencentes ao Sistema cooperativo Unimed.

Ativo	30/06/2019	31/12/2018	Passivo	30/06/2019	31/12/2018
			Débitos de operações		
Prêmios a receber (e)	13	389	Cooperativas Unimed (g)	23	8
			Outras contas a pagar:		
			Unimed Seguradora S.A. (a)	81	82
			Unimed Seguros Saúde S.A. (b)	86	67
Total ativo	<u>13</u>	<u>389</u>	Total passivo	<u>190</u>	<u>157</u>
Receita	30/06/2019	30/06/2018	Despesa	30/06/2019	30/06/2018
			Despesa de comercialização		
Prêmios emitidos (e)	560	371	Cooperativas Unimed	52	57
			Despesas administrativas:		
			Unimed Seguros Saúde S.A. (c)	45	122
			Unimed Seguradora S.A. (b)	3	2
			Administradores (f)	3	3
			Unimed Patrimoniais	100	-
			Unimed Participações	66	-
			Despesas administrativas compartilhadas:		
			Unimed Seguradora S.A. (a)	471	309
			Unimed Seguros Saúde S.A. (a)	463	212
Total receita	<u>560</u>	<u>371</u>	Total despesa	<u>1.203</u>	<u>705</u>

20 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios ganhos

	30/06/2019	30/06/2018
Prêmios emitidos	22.670	18.391
Prêmios cancelados	(1.989)	(2.263)
Prêmios RVNE	489	(178)
Prêmios restituídos	(108)	(32)
Variação da PPNG	<u>(1.205)</u>	<u>(627)</u>
Total	<u>19.857</u>	<u>15.291</u>

b. Sinistros ocorridos

	30/06/2019	30/06/2018
Sinistros avisados	491	(11.576)
Despesas com sinistros	(63)	(157)
Despesas com sinistros de assistência	(154)	(74)
Ressarcimentos	9	-
Variação da provisão de IBNR	<u>(2.213)</u>	<u>(954)</u>
Total	<u>(1.930)</u>	<u>(12.761)</u>

c. Custos de aquisição

	30/06/2019	30/06/2018
Comissões sobre prêmios emitidos	(4.207)	(3.119)
Comissão de agenciamento	(1)	(2)
Outros custos de aquisição	(659)	(712)
Variação de comissões diferidas	167	(13)
Variação das despesas de agenciamento diferidas	(4)	(4)
Variação de outros custos de aquisição diferidos	(418)	97
Total	(5.122)	(3.753)

d. Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2019	30/06/2018
Outras despesas com operações de seguro	(193)	(219)
Despesas com cobrança	(100)	(59)
Despesa com administração de apólices e/ou contratos	-	(13)
Redução ao valor recuperável prêmio	(13)	316
Despesas com contingências	90	(99)
Total	(216)	(74)

e. Resultado com resseguro

	30/06/2019	30/06/2018
Receitas com resseguros:	(2.676)	8.847
Indenização de sinistros	(2.925)	8.294
Variação da provisão de IBNR	216	398
Variação das despesas relacionadas do IBNR	33	155
Despesas com resseguros:	(4.604)	(3.293)
Prêmios de resseguro cedido proporcional	(4.317)	(3.780)
Prêmio de resseguro cedido não proporcional	(155)	329
Cancelamento resseguro	431	-
Restituição de resseguro	2	1
Prêmios de resseguro RVNE	(104)	70
Variação da despesa de resseguro diferido	67	87
Outros resultados com operações resseguro	(528)	-
Total	(7.280)	5.554

f. Despesas administrativas

	30/06/2019	30/06/2018
Despesas com pessoal próprio	(3.511)	(2.709)
Serviços de terceiros	(1.647)	(1.655)
Localização e funcionamento	(723)	(725)
Despesas com publicidade e propaganda	(12)	(61)
Despesas com publicações	(165)	(194)
Despesas com donativos e contribuições	(60)	(49)
Outras	(10)	(56)
Total	(6.128)	(5.449)

g. Despesas com tributos

	30/06/2019	30/06/2018
Impostos federais	(418)	(15)
Impostos municipais	(34)	(1)
COFINS	(802)	(107)
PIS	(137)	(17)
Contribuição sindical	(1)	-
Taxa de fiscalização	(200)	(199)
Outros	(5)	-
Total	(1.597)	(339)

h. Resultado financeiro

	30/06/2019	30/06/2018
Receitas com títulos privados	1.389	948
Valor justo por meio de resultado	-	7
Disponíveis para venda	977	756
Mantidos até o vencimento	412	185
Receitas com títulos públicos	46	466
Valor justo por meio de resultado	-	215
Disponíveis para venda	46	251
Receitas com fundos de investimentos	2.112	1.329
Valor justo por meio de resultado	2.112	1.329
Receitas financeiras com operações de seguros	28	20
Receitas financeiras com depósitos judiciais	11	6
Outras receitas financeiras	25	20
Total receitas financeiras	3.611	2.789
Despesas com fundos de investimentos	-	(6)
Valor justo por meio de resultado	-	(6)
Despesas com operações de seguros	(74)	(20)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(1)	-
Juros e atualização sobre processos judiciais	20	(15)
Total despesas financeiras	(55)	(41)
Resultado financeiro	3.556	2.748

21 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	894	1.140	894	1.140
Adições:				
Provisão para risco de créditos	503	1.022	1.063	1.022
Brindes e patrocínio	-	1	-	1
Provisão para contingência trabalhista e cível	-	256	-	256
Programa de participação no resultado - PPR	131	74	131	74
Exclusões:				
Provisão para risco de créditos	-	(1.339)	(560)	(1.339)
Provisão para contingência trabalhista e cível	(129)	(22)	(129)	(22)
Receita com Depósitos Judiciais-Juros	(10)	(5)	(10)	(5)
Atual. mon. Proc. Judicial Trabalhista	(1)	(1)	(1)	(1)
Programa de participação no resultado - PPR	(4)	(258)	(4)	(258)
(-) Compensação Base Negativa períodos anteriores	(396)	(261)	(396)	(261)
Base de cálculo:	924	608	924	608
Alíquotas: (*)				
Imposto de renda e Contribuição social	(139)	(103)	(139)	(136)

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Adicional 10%	(80)	(49)	-	-
Outros	6	4	-	-
Tributos correntes	(213)	(148)	(139)	(136)
Tributos diferidos	107	(68)	64	(40)
Resultado imposto de renda e contribuição social	(107)	(216)	(75)	(176)
Alíquota efetiva	11,96%	18,91%	8,35%	15,45%

A Companhia possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 5.387 em 30 de junho de 2019 (R\$ 5.782 em 31 de dezembro de 2018), os quais não possuem prazo prescricional e sua compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Esses créditos não estão registrados contabilmente pelo fato de a Companhia não ter apresentado histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro em pelo menos 3 (três) dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, conforme Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

* * *

Diretoria

Helton Freitas
Diretor-presidente

Adelson Severino Chagas
Diretor

Agenor Ferreira da Silva Filho
Diretor

Luiz Paulo Tostes Coimbra
Diretor

Tajumar Custodio Martins
Diretor

Atuária

Lara Cristina da Silva Facchini
Atuária - MIBA - 1118

Contador

Vinicius Negrini de Oliveira
CRC: 1SP242483/O-8